



## “TENS UMA HISTÓRIA, TENS UM DIREITO!”: EDUCAÇÃO, DIREITOS HUMANOS E JUVENTUDES

### “YOU HAVE A STORY, YOU HAVE A RIGHT!”: EDUCATION, HUMAN RIGHTS AND YOUTH

Robson Ferreira Fernandes<sup>1</sup>

#### RESUMO

Entre os plurais temas que condicionam práticas pedagógicas escolares, legitimados pelos documentos que regem a educação no Brasil e descritos nos meus planejamentos anuais, este trabalho evidencia um relato de experiência sobre o projeto desenvolvido numa escola pública de Palhoça – Santa Catarina, no ano de 2023, intitulado “Tens uma história, tens um direito!”. Os principais objetivos permeavam a apropriação de uma compreensão sobre os direitos de todas as pessoas, marcadas por gênero, raça, etnia, classe, geração etc., o reconhecimento social das violações de direitos humanos, a cultura da paz no território escolar e as formas de combate a qualquer tipo de preconceito e discriminação perante as juventudes. A metodologia se ancorou em debates sobre o discurso de ódio, a luta das mulheres, a fragilidade da democracia, as torturas e as violações da dignidade humana, a justiça educativa, as garantias das populações LGBTQIA+ etc.; materializamos oficinas com produções artísticas – cartazes, audiovisuais, panfletos, seminários etc.; simbolicamente, criamos um movimento discente que atingiu a comunidade escolar, fazendo-a refletir sobre direitos, preconceitos, democracia e juventudes. Conseguimos perceber que, ao longo do projeto, a mudança de comportamento individual de alguns/mas discentes, desmistificando a ideia de que direitos humanos não servem para nada e pudemos perceber um olhar atento para as demandas das juventudes em conhecer e combater as formas de violências que os/as afetam foram os resultados obtidos a curto prazo de tempo. Contudo, esse projeto deve ser entendido como parte da formação dos/as jovens em processo de escolarização, de suas culturas e identidades.

**Palavras-chave:** educação; direitos humanos; juventudes.

---

<sup>1</sup>Doutorando em História. Universidade do Estado de Santa Catarina. Palhoça. Santa Catarina. Brasil. E-mail: rofefe23@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4160-4615>

## ABSTRACT

Among the plural themes that condition school pedagogical practices, legitimized by the documents that govern education in Brazil and described in my annual plans, this work highlights an experience report on the project developed in a public school in Palhoça – Santa Catarina, in the year 2023, entitled “You have a story, you have a right!”. The main objectives permeated the appropriation of an understanding of the rights of all people, marked by gender, race, ethnicity, class, generation, etc., the social recognition of the visibility of human rights, the culture of peace in the school territory and the forms to combat any type of prejudice and discrimination towards young people. The methodology is anchored in debates about hate speech, women's struggles, the fragility of democracy, torture and violations of human dignity, educational justice, guarantees for LGBTQIA+ populations, etc.; we materialize workshops with artistic productions – posters, audiovisuals, pamphlets, seminars, etc.; symbolically, we created a student movement that reached the school community, making it a reflection on rights, prejudices, democracy and youth. We were able to notice that throughout the project, a change in the individual behavior of some students, demystifying the idea that human rights are useless and we were able to see an attentive look at the demands of young people to know and combat forms of violence that the incidents were the results obtained in the short term. However, this project must be understood as part of the formation of young people in the schooling process, their cultures and identities.

**Keywords:** education; human rights; youth.

**Resumo Expandido recebido em:** 20/01/2024

**Resumo Expandido aprovado em:** 26/11/2024

**Resumo Expandido publicado em:** 19/03/2025

Doi: <https://doi.org/10.24302/redes.v2ianais.5171>

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho é resultado do projeto “Tens uma história, tens um direito!”, realizado no ano de 2023 na Escola de Educação Básica Governador Ivo Silveira, município de Palhoça – Santa Catarina, com as turmas da segunda série do Ensino Médio. Contemplando a identidade ancestral de cada pessoa e a reivindicação através da luta coletiva permanente dos direitos humanos, fomos impelidos/as a pensar e agir para a mudança social. Os objetivos da proposta pedagógica foram baseados no que os marcos legais da educação nos permitem introduzir no território escolar, como

aqueles demarcados pelas competências gerais da Base Nacional Comum Curricular (BNCC):

9) Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos Direitos Humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza. 10) Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários (Brasil, 2018, p. 10).

A pretensão docente em materializar o projeto foi conscientizar nos/as discentes habilidades para promover ações de enfrentamento de preconceito, discriminação, intolerância e as diferentes formas de violências; praticar a tomada de perspectiva e a empatia para reconhecer e compreender ideias, pensamentos, sentimentos e comportamentos alheios; promover ações que valorizem o direito à diferença e reconhecer as identidades, valorizando o multiculturalismo e a inclusão; compreender o protagonismo e a identidade dos diversos sujeitos históricos (crianças, juventudes, idosos, mulheres, população LGBTQIA+, negros, quilombolas, indígenas, pessoas com deficiência, povos originários, entre outros); reconhecer as responsabilidades pessoais com as demandas do mundo comum e atribuir sentido ético e sociopolítico ao projeto de vida, comprometendo-se com ações individuais e coletivas voltadas ao bem comum; analisar histórias de vida de agentes responsáveis por transformações sociais, considerando suas particularidades, identidades, diversidades e contextos (Santa Catarina, 2020).

Os principais eixos norteadores do projeto ficaram ancorados em três pilares: 1) Diversidade de modos de viver a vida; 2) Preconceitos e intolerâncias; 3) Lutas e pautas identitárias (crianças, juventudes, idosos, mulheres, população LGBTQIA+, negros, quilombolas, indígenas, pessoas com deficiência, povos originários, entre outros). Não obstante, o direito à educação foi o motor das diversas discussões e debates entre as juventudes. Desde o esboço na forma de escrever as atividades até o movimento empírico dentro da sala de aula, fomos motivados a pensar sobre o que nos afeta como professores/as e estudantes, especialmente o que tange a escola pública. Para isso, foi necessário compreender que “para o direito à educação se realizar são necessários dois esforços [...], tomados aqui como atividades orientadas

a fins específicos: o trabalho do(a) educador(a) de ensinar (ou educar) e o trabalho do(a) estudante (educando(a)) de aprender” (Cara, 2019, p. 26).

Além da problemática do senso comum em falar que os direitos humanos só servem para “bandidos” e que eles não são importantes, o projeto teve a oportunidade de desmitificar a banalização dos direitos humanos e propor relações de afetos, empatia, solidariedade, justiça social, democracia, tolerância entre sujeitos da comunidade escolar, considerando que “não podemos permitir que a educação seja barbarizada, como devemos utilizar a educação precisamente como instrumento de luta e de liberdade contra a barbárie” (Cara, 2019, p. 31). Para tanto, estudar e se posicionar sobre violações de direitos humanos e saber identificar na realidade essas ações, remetem-nos a várias contestações que permearam o projeto escolar.

Como exigir de um estudante negro e da periferia que faça escolhas ‘livres e com autonomia’ para seu ‘projeto de vida’ numa comunidade miserável e embrutecida pela violência? De que maneira sugerir ‘resiliência’ à estudante que enfrenta o assédio no transporte público a caminho de uma escola sem infraestrutura e sem professor? Como cobrar que educadores e educadoras ‘promovamos direitos humanos’ quando seu direito constitucional à greve é duramente reprimido pelas forças do Estado? [...] Que a escola esteja a serviço da transformação da indignação em ação, trabalhando a raiva e a revolta como insumo básico nas discussões dos aspectos afetivos no ambiente escolar (Ratier, 2019, p. 156).

Contudo, o principal objetivo do projeto foi proporcionar para as juventudes que ocupam o território escolar o conhecimento e a apropriação conscientemente dos direitos que são inerentes e/ou conquistados ao longo da vida de uma pessoa. Os direitos humanos não são dados, mas são construídos exclusivamente com o comum.

## **2 MATERIAIS E MÉTODOS**

No primeiro semestre de 2023, em diversas aulas semanais, o projeto se materializou na escola com as seguintes atividades pedagógicas: 1) Exposição sobre a história dos Direitos Humanos. Como eles nasceram, os acordos internacionais, as diversas violações provocadas em regiões diferentes do mundo, seus desafios na contemporaneidade etc. 2) Assistimos ao vídeo “Os 30 artigos da Declaração

Universal dos Direitos Humanos”, da *Youth for Human Rights*<sup>2</sup> e analisamos a composição teórica de cada artigo. Os artigos foram divididos em grupos de estudantes por turma para a materialização do projeto “tens uma história, tens um direito!”. Cada turma ficou responsável de dois ou três artigos da declaração para criar um cartaz contendo o texto de cada um e as principais violações que os afeta, pensando a realidade local, regional e nacional; o grupo também elaborou um audiovisual em formato de entrevista com pessoas de diversas faixas etárias, questionando-as sobre o que compreendiam acerca dos direitos humanos.

Houve tempo de três semanas (março/2023) para confeccionar os materiais e se preparar para os seminários, resultando em proposições sobre as demandas de cada artigo. Foi feita uma 3) exposição sobre os conceitos: estereótipo (crença ou ideia generalizada que uma pessoa tem sobre um grupo específico, como por exemplo “todas as mulheres usam saias”) e preconceito (caracterizado como uma opinião, geralmente negativa, sobre outra pessoa ou outras pessoas que não é baseada em dados objetivos, senão que está motivada por hábitos de pensamento ou generalizações apressadas). Assim como os estereótipos, os preconceitos são aprendidos como parte do nosso processo de socialização. Durante as aulas, realizamos o 4) jogo da memória sobre os conceitos aqui identificados, em que os/as estudantes receberam frases diversas sobre “estereótipo” e “preconceito” e tinham que ligar aos conceitos corretos; foram feitos exercícios reflexivos e argumentativos no caderno escolar sobre os temas.

Num outro momento, as aulas expositivas partiram para compreender 5) “o perigo de uma história única”. Nesta atividade convidei os/as estudantes para aprofundar a questão do preconceito. Assistimos o vídeo *Chimamanda Adichie: O perigo de uma história única*<sup>3</sup>, no evento TED Global. Após a observação, debatemos: segundo o vídeo, o que significa uma “história única”? Para Chimamanda, qual é o perigo da “história única”? Como criamos uma história sobre as pessoas, grupos, ou coisas que não conhecemos o suficiente? Por que fazemos isso? Vocês acham que é um comportamento natural classificar e categorizar as coisas e as pessoas que

---

<sup>2</sup>Disponível em: [Os 30 Artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos - YouTube](#). Acesso em: 19 jan. 2024.

<sup>3</sup>Disponível em: [Chimamanda Adichie: o perigo de uma única história \(youtube.com\)](#). Acesso em: 19 jan. 2024.

encontram em suas vidas? Em caso afirmativo, quando pode ser útil? Quando isso se torna um problema? Qual a importância de não se ter uma história única sobre as coisas e pessoas? Foram debates acalorados e cheios de possibilidades transformadoras.

Com os cartazes produzidos de cada artigo da Declaração Universal dos Direitos Humanos, montamos uma 6) exposição na escola. Propus um 7) evento na escola com mesa redonda sobre Direitos Humanos com palestrantes (ativistas, professores/as, artistas etc.). Para demarcar compromisso, visibilidade e respeito com grupos vulnerabilizados e excluídos socialmente, evidencio um trecho da fala de Silvio Almeida, em janeiro de 2023, na posse de ministro de Estado dos Direitos Humanos e da Cidadania, onde foi inspiração para um texto dissertativo coletivo de cada turma:

Trabalhadoras e trabalhadores do Brasil, vocês existem e são valiosos para nós. Mulheres do Brasil, vocês existem e são valiosas para nós. Homens e mulheres pretos e pretas do Brasil, vocês existem e são valiosos para nós. Povos indígenas deste país, vocês existem e são valiosos para nós. Pessoas lésbicas, gays, bissexuais, transsexuais, travestis, intersexo e não binárias, vocês existem e são valiosas para nós. Pessoas em situação de rua, vocês existem e são valiosas para nós. Pessoas com deficiência, pessoas idosas, anistiados e filhos de anistiados, vítimas de violência, vítimas da fome e da falta de moradia, pessoas que sofrem com a falta de acesso à saúde, companheiras empregadas domésticas, todos e todas que sofrem com a falta de transporte, todos e todas que têm seus direitos violados, vocês existem e são valiosos para nós (Foco, 2023).

Uma outra etapa do projeto foi 8) refletir sobre os direitos humanos no Brasil, especialmente acerca da ditadura civil-militar. A Constituição Federal do Brasil, promulgada em 1988, é o documento principal do Estado brasileiro no qual estão previstos direitos e deveres para todos os cidadãos e cidadãs, além de estabelecer as responsabilidades dos poderes do Estado. A Constituição Federal de 1988 marca o início da reconstrução democrática no Brasil após a ditadura civil-militar no país, iniciada com o golpe de 1964, quando as Forças Armadas fecharam o Congresso Nacional e depuseram o presidente eleito João Goulart e suspenderam diversos direitos como a liberdade de ir e vir, a liberdade de associação, o direito ao voto, além de perseguir aqueles que se opunham à ditadura. Justamente por termos passado por um período de vinte anos de ditadura, a Constituição Federal deu grande importância

ao reconhecimento dos direitos básicos da população, chamando-os de direitos e garantias fundamentais, inscritos em seus artigos 5º ao 17º.

Apresentei uma 9) proposta de pesquisa para os/as estudantes sobre o tema: Preconceito e Discriminação. Em grupos, os/as discentes foram convidados/as a escolherem uma turma da escola para fazer uma pesquisa quantitativa. Os/as discentes criaram um questionário (4 a 10 perguntas objetivas) e aplicaram na turma selecionada. Elaboraram gráficos, porcentagens de cada questão e apresentaram os resultados. Para quebrar os muros da escola e popularizar o projeto, no dia da abertura do Centro Cultural Laudelino Weiss, do município de Palhoça (abril de 2023), fomos convidados a expor os nossos, afetando a comunidade palhocense a pensar sobre os direitos humanos. Além das redes sociais da escola, o convite foi feito pela prefeitura municipal.

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O projeto aqui apresentado pode ser analisado por vários vieses, trazendo resultados e discussões para o campo dos direitos humanos e da educação. No olhar docente, pude perceber valiosos benefícios com o processo contínuo das atividades e reflexões, tais quais as formas de posicionamento argumentativo dos/as discentes, a criatividade dos produtos pedagógicos realizados em sala de aula, etc.

Considerando os objetivos do projeto e sua materialização no território escolar, penso que ele forneceu subsídios para transformar sujeitos e suas relações no coletivo. A escola, especialmente a pública, como instituição promotora do respeito e da empatia, tem a responsabilidade de proporcionar conhecimentos e sensibilidades que não estão no cotidiano privado de cada discente. E quando falo de responsabilidade e escola, os/as docentes, a equipe administrativa têm a função primordial para afetar vidas, seguindo os princípios constitucionais; caso contrário,

se o nosso espaço social é violento e intolerante, a escola, como lugar onde transitam os valores e saberes da sociedade, também o será. A escola é um dos lugares onde, além de aprendermos um conjunto de conhecimentos advindos de nossa cultura, aprendemos também uma maneira específica de nos relacionarmos com as outras pessoas, com o mundo e com nós mesmos. Na escola também aprendemos a ser, e somos impelidos a *não ser*. E não aprendemos de qualquer modo (Botelho, 2019, p. 117).

Dessa maneira, consigo escrever sobre os resultados do projeto na perspectiva discente, quando eles/as apresentaram os seminários e realizaram uma autoavaliação das práticas pedagógicas. Desde comentários como “professor, você nos permitiu ver o mundo de outra forma como estamos acostumados a ver” até “professor, não me sinto bem falando sobre esse tema porque afeta os meus valores familiares (tema era aborto)”. Democraticamente, os espaços de socializações consideraram as identidades, ancestralidades, conhecimentos, culturas, valores das múltiplas condições de experimentar a juventude.

#### **4 CONCLUSÕES OU CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A educação é um bem público e um direito fundamental! É por isso que devemos garantir oportunidades de aprendizagem de qualidade para todas as pessoas ao longo da estadia escolar. A partir dessa premissa e filosofia educacional, foi me permitido, como docente, realizar o projeto “Tens uma história, tens um direito!”, que buscou emancipar os/as jovens a conhecerem os seus direitos e a perceberem quando eles são violados. A educação é o principal caminho para a justiça social.

Continuar olhando para outras formas de preconceito e discriminação; propor temas sensíveis que não se materializam no livro didático; demarcar as vulnerabilidades em que alguns grupos se encontram em maiores situações de riscos; pensar na situação de imigrantes e refugiados/as, remetendo à presença de haitianos, angolanos e venezuelanos na nossa região, a Grande Florianópolis; tudo isso faz parte das minhas responsabilidades como professor, mas muito mais, como pessoa.

O projeto que aciona os direitos humanos na escola, emerge da complexa realidade social que permite refletir e agir para dismantelar mundos hegemônicos. Cada aula é um novo começo. E para ser completo o processo ensino-aprendizagem, devemos estar em comum. Esperançar novos dias!

#### **REFERÊNCIAS**

BOTELHO, Denise. Religiões afro-indígenas e o contexto de exceções de direitos. In: CÁSSIO, Fernando (Org.). **Educação Contra a Barbárie**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019, p. 115 - 120.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: [BNCC 20dez\\_site.pdf \(mec.gov.br\)](#). Acesso em: 19 jan. 2024.

CARA, Daniel. Contra a barbárie, o direito à educação. In: CÁSSIO, Fernando (Org.). **Educação contra a barbárie**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019, p. 25 - 32.

FOCO, Congresso em. “Vocês existem e são valiosos para nós”: leia a íntegra do discurso de Silvio Almeida. **Congresso em foco**, 03 jan. 2023. Disponível em: ["Vocês existem e são valiosos para nós": leia a íntegra do discurso de Silvio Almeida - Congresso em Foco \(uol.com.br\)](#). Acesso em: 18 jan. 2024.

RATIER, Rodrigo. Escola e afetos: um elogio da raiva e da revolta. In: CÁSSIO, Fernando (Org.). **Educação Contra a Barbárie**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019, p. 151 - 157.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. **Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense**: caderno 1 – disposições gerais. Florianópolis: Secretaria de Estado da Educação, 2020.